▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILMO(A). SR(A). PREGOEIRO(A) E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTO E LICITAÇÃO.

REF. SRP PREGÃO ELETRÔNICO Nº 083/2023/FMAS

MUNDIAL COMÉRCIO DE ALIMENTOS E DESCARTÁVEIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 40.437.772/0001-00, com sede na cidade de Belém, PA, na Passagem Jardim das Poncianas, nº 378, Bairro da Sacramento, CEP 66.120-030, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., por meio de seu representante legal que ao fim assina, apresentar seu RECURSO ADMINISTRATIVO contra o aceite da proposta apresentada por J BRASIL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ 29.243.087/0001-00, pelos motivos fáticos e jurídicos espelhados nas razões abaixo:

DOS FATOS:

A recorrente apresentou no dia 12/12/2023, às 12h09min, a intenção de recurso contra a empresa vencedora J BRASIL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ 29.243.087/0001-00, pelo fato da mesma ter apresentado valores para os produtos inexecutáveis com planilhas de custos que não comprovam como será feita a aquisição dos mesmos que deveria ocorrer mediante apresentação de Notas Fiscais de Compra ou de Venda dos Produtos Ofertados.

Em simples análise dos valores apresentados constata-se que estes encontram-se, praticamente, na metade dos demais preços ofertados pelos outros licitantes, colocando a oferta em dúvida e a Administração em Pública em risco por declarar como vencedora empresa que não cumprirá com o valor ofertado.

Desta forma, a proposta apresentada e indevidamente aceita é ilegal, ferindo a moralidade administrativa e a eficiência pela nítida possibilidade de seu não atendimento.

DO MÉRITO RECURSAL:

Inicialmente, verifica-se que a apresentação de proposta inexecutável fere os princípios previstos no Estatuto Licitatório tendo em vista a inegável possibilidade de não cumprimento por parte da empresa vencedora o que acarretará prejuízos à Administração e pleito de repactuação de preço nocivo ao erário público.

A Lei nº 14.133/21, prevê em seu artigo 59, inciso III, que a apresentação de propostas inexecutáveis gera a sua desclassificação.

Também, no mesmo artigo, por meio do §§ 1º e 2º, é conferido à Administração a verificação da conformidade da proposta mais bem classificada e a realização de diligências para aferir a exequibilidade, o que poderia ocorrer mediante a simples demonstração de notas fiscais de compra ou de venda das mercadorias que tiveram os preços ofertados.

Por sua vez, a Lei nº 8.666/93, em seu artigo 48, inciso II, dispõe sobre propostas inexecutáveis da seguinte forma:

"Art. 48. Serão desclassificadas:

I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;

II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexecutáveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação." (destaques nossos)

Sobre o assunto a jurisprudência mostra o seguinte:

"RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTA INEXEQUÍVEL. ART. 48, I E II, § 1º, DA LEI 8.666/93. PRESUNÇÃO RELATIVA. POSSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO PELO LICITANTE DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA. RECURSO DESPROVIDO. 1. A questão controversa consiste em saber se o não atendimento dos critérios objetivos previstos no art. 48, I e II, § 1º, a e b, da Lei 8.666/93 - para fins de análise do caráter exequível/inexequível da proposta apresentada em procedimento licitatório - gera presunção absoluta ou relativa de inexecutabilidade. 2. A licitação visa a selecionar a proposta mais vantajosa à Administração Pública, de maneira que a inexecutabilidade prevista no mencionado art. 48 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos não pode ser avaliada de forma absoluta e rígida. Ao contrário, deve ser examinada em cada caso, averiguando-se se a proposta apresentada, embora enquadrada em alguma das hipóteses de inexecutabilidade, pode ser, concretamente, executada pelo proponente. Destarte, a presunção de inexecutabilidade deve ser considerada relativa, podendo ser afastada, por meio da demonstração, pelo licitante que apresenta a proposta, de que esta é de valor reduzido, mas exequível. 3. Nesse contexto, a proposta inferior a 70% do valor orçado pela Administração Pública (art. 48, § 1º, b, da Lei 8.666/93) pode ser considerada exequível, se houver comprovação de que o proponente pode realizar o objeto da licitação. Nas palavras de Marçal Justen Filho, "como é vedado licitação de preço-base, não pode admitir-se que 70% do preço orçado seja o limite absoluto de validade das propostas. Tem de reputar-se, também por isso, que o licitante cuja proposta for inferior ao limite do § 1º disporá da faculdade de provar à Administração que dispõe de condições materiais para executar sua proposta. Haverá uma inversão do ônus da prova, no sentido de que se presume inexecutável a proposta de valor inferior, cabendo ao licitante o encargo de provar o oposto" (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12ª ed., São Paulo: Dialética, 2008, p. 610). 4. Na hipótese dos autos, conforme se pode constatar na r. sentença e no v. acórdão recorrido, houve demonstração por parte da empresa classificada em primeiro lugar (LEÃO & LEÃO LTDA) e por parte do MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO de que a proposta apresentada por aquela era viável e exequível, embora em valor inferior ao orçado pela Administração. Conforme informações apresentadas pelo ora recorrido, a vencedora do certame "demonstrou que seu preço não é deficitário (o preço ofertado cobre o seu custo), tendo inclusive comprovado uma margem de lucratividade". Além disso, a empresa vencedora vem prestando devidamente o serviço contratado, o que

demonstra a viabilidade da proposta por ela apresentada durante o procedimento licitatório (fls. 92/109, 170/172, 195/200 e 257/261). Assim, considerando que as instâncias ordinárias, com base na interpretação do contexto fático-probatório dos autos, entenderam que houve a devida comprovação da viabilidade da proposta apresentada pela empresa classificada em primeiro lugar, não há como elidir a referida conclusão, sob pena de incorrer-se no óbice da Súmula 7/STJ. 5. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do RMS 11.044/RJ, de relatoria do Ministro Humberto Gomes de Barros, consagrou entendimento no sentido de que, "se a licitante vitoriosa cumpriu integralmente (1ª Turma, DJ de 4.6.2001) e o contrato objeto de licitação, afasta-se logicamente a imputação de que sua proposta era inexequível". 6. Recurso especial desprovido. (STJ - REsp: 965839 SP 2007/0152265-0, Relator: Ministra DENISE ARRUDA, Data de Julgamento: 15/12/2009, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/02/2010)" (destaques nossos)

"APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. INDEFERIMENTO DE PERÍCIA. INOCORRÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA COM PREÇO INEXEQUÍVEL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. 1. O indeferimento de prova pericial não caracteriza cerceamento de defesa quando existem outros meios mais simples e eficientes para a parte demonstrar a veracidade de suas alegações. 2. A decisão de desclassificação de concorrente que apresenta proposta considerada inexequível (por equivaler a 13% do valor da proposta vencedora) é prevista no art. 48, II, da Lei nº 8.666/93. Assim, não há que se falar em formalismo ou ausência de razoabilidade na decisão administrativa, que apenas cumpriu a lei ao excluir do certame um participante que não teria condições de cumprir o contrato com preço muito abaixo do que normalmente é praticado no mercado. 3. Redução dos honorários advocatícios para R\$ 1.500,00. 4. Agravo retido não provido. Apelação parcialmente provida.(TRF-2 - AC: 00039769420104025101 RJ 0003976-94.2010.4.02.5101, Relator: RICARDO PERLINGEIRO, Data de Julgamento: 26/04/2016, 5ª TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: 28/04/2016)" (destaques nossos)

Portanto, ao Licitante declarado vencedor, poderá a Administração requerer a comprovação, por meio de documentos, da exequibilidade da proposta o que, certamente, a empresa J BRASIL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ 29.243.087/0001-00, não conseguirá demonstrar, razão pela qual deve a proposta ser desclassificada por ser inexequível.

DO PEDIDO:

Pelo exposto, a Recorrente requer o recebimento do presente RECURSO ADMINISTRATIVO e o seu inegável provimento considerando a proposta ofertada pela empresa vencedora J BRASIL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ 29.243.087/0001-00, inexequível com a sua consequente desclassificação, como medita de direito, de lei e de justiça.

São os termos em que,

Pede deferimento.

Belém, PA, 14 de dezembro de 2023.

MUNDIAL COMÉRCIO DE ALIMENTOS E DESCARTÁVEIS LTDA CNPJ Nº 40.437.772/0001-00

Fechar